

Tempo de permanência no emprego: tendências na RMPA, no período 1993-2010*

Bruna Kasprzak Borges**
Rafael Bassegio Caumo***
Walter Arno Pichler****

Economista da FEE
Estatístico da FEE
Sociólogo e Economista da FEE

Resumo

O estudo tem por objetivo analisar a trajetória do tempo de permanência no emprego no setor privado da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), tendo como base os dados da Pesquisa Emprego e Desemprego da Região Metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA). O artigo apresenta uma visão geral do fenômeno no mercado de trabalho na Região, e analisa as diferenças existentes entre os segmentos do mercado de trabalho, desagregando os dados por posição na ocupação, setor de atividade, atributos pessoais, níveis de renda e grau de instrução. O texto conclui que os vínculos dos trabalhadores com seus empregos continuam frágeis na RMPA e no Brasil, a despeito da tendência de aumento da duração do emprego ao longo das últimas décadas. Os dados sugerem, indiretamente, ainda, que uma leve redução nos níveis de rotatividade do emprego ocorreu no período.

Palavras-chave: mercado de trabalho; duração do emprego; relações de emprego.

Abstract

The study is aimed at analysing the trends of the length of service in the labour market of the Metropolitan Region of Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brazil. The focus of the analysis is placed on the private sector. In addition to provide a broad overview, the research breaks down the data into broader types of occupations, economic sectors, personal characteristics of the labor force, income levels, and formal educational attainment. The source of the data is the Pesquisa Emprego e Desemprego da Região Metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA), a monthly employment and unemployment survey carried out in the Metropolitan Area of Porto Alegre. Evidence shows that the links between employers and employees are still fragile in Brazil in spite of an increase of the length of service during the last decades. This increase suggests that turnover rates may have declined throughout the period.

Key words: labour market; length of service; employment relations.

* Revisor da Língua Portuguesa: Breno Camargo Serafini.
Artigo recebido em 13 out. 2011.
** E-mail: bruna@fee.tche.br
*** E-mail: rafaelcaumo@fee.tche.br
**** E-mail: walter@fee.tche.br

1 Considerações iniciais

Estudos sobre o tempo de permanência dos trabalhadores no emprego são recorrentes na literatura especializada brasileira. Os estudiosos sustentam que, através desse indicador, podem-se obter informações sobre características gerais do mercado de trabalho e do regime de trabalho no País (Baltar; Proni, 1996). A duração dos contratos de trabalho é vista como uma das expressões da natureza dos vínculos existentes entre empregados e empregadores, pois isso pode afetar, dentre outros, a carreira dos empregados, o treinamento da força de trabalho, a remuneração e, até mesmo, a filiação sindical. Um tempo de permanência mais longo no emprego está associado a melhores condições de trabalho e a taxas de sindicalização mais elevadas. Por sua vez, uma elevada movimentação de admissões e demissões costuma estar ligada a um baixo investimento dos empregadores na formação dos seus trabalhadores e, em segundo lugar, a um compromisso ou relação frágil entre empregados e as empresas (Gonzaga, 1998; Baltar; Proni, 1996; Jäger, 2010). Adicionalmente, a falta de estabilidade e segurança do trabalho pode indicar a existência de formas precárias de trabalho (OIT, 2009).

O tempo de permanência é afetado por flutuações sazonais, ciclos econômicos, bem como pela rotatividade. Em outras palavras, a duração do emprego relaciona-se com a criação — consequência das flutuações sazonais e dos ciclos da economia —, com a destruição de empregos e com o fluxo dos trabalhadores nos postos de trabalho — que é a característica da rotatividade.

Há, na literatura, um consenso de que, no Brasil, as pessoas no mercado de trabalho mudam frequentemente de emprego e que a flexibilidade ou instabilidade dos vínculos empregatícios são altos (Baltar; Proni, 1996; Gonzales, 2009; Jäger, 2010; Pochman, 2009; BR, 2009). De acordo com Jäger (2010), no País, o tempo de serviço é relativamente curto entre os trabalhadores, o que é sugerido — com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) — pelo fato de que, em 2007, 37,4% do total de empregados tinham até dois anos de trabalho no mesmo emprego. O mesmo autor mostra que, de acordo com os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), em 2007 a proporção dos empregos formais com até dois anos de duração alcançava 48,4%.

Uma comparação internacional com os países da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) reforça a ideia da fragilidade dos vínculos empregatícios no País. Jäger (2010) aponta que, no Brasil, a participação dos empregos com até

três anos de duração no total da ocupação atingia a marca de 48,6% em 2007, ficando com a incômoda segunda pior colocação em um ranking de 25 países selecionados. Para a França, por exemplo, esse percentual é de 25,2%.

Também parece ser consensual na literatura a ideia de que a relativamente curta duração do emprego no País pode ser decorrente da intensa rotatividade no emprego — que é alta e está em crescimento (Baltar; Proni 1996; Jäger 2010; Pochman 2009). De acordo com Baltar e Proni (1996), a parcela de empregados permanentes dentro das empresas é relativamente pequena. O tamanho da força de trabalho nas organizações muda continuamente, em resposta às mudanças no ambiente econômico e em função da política das empresas. Ao manter os funcionários por um período de tempo curto, os empregadores tentam reduzir os custos laborais. Conforme Orellano e Pazello (2006), a taxa média de realocação dos postos de trabalho na indústria, no Brasil, era de 33% no período 1991-98, enquanto, nos EUA, era de 19% e, no Canadá, de 22%.

No Brasil, os estudos focam, principalmente, a questão da rotatividade, um dos aspectos relacionados com o tema mais geral da duração do emprego. Relativamente poucos estudiosos têm realizado análises mais pormenorizadas da evolução do tempo de permanência no emprego, ao longo das últimas décadas, o objeto de estudo deste texto. Além disso, as referências existentes sobre esse tema são, na maioria das vezes, desatualizadas.

Nosso estudo tem por objetivo tentar preencher uma lacuna nos estudos do mercado de trabalho, analisando a trajetória do tempo de permanência ao longo do período 1993-2010, através do estudo do mercado de trabalho dos assalariados do setor privado da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), tendo como base os dados da Pesquisa Emprego e Desemprego da Região Metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA). Além de apresentar uma visão geral do fenômeno na Região, o trabalho mostra, igualmente, uma visão geral sobre as outras posições na ocupação, bem como as diferenças existentes entre os vários segmentos do mercado de trabalho, desagregando os dados por setor de atividade, faixas etárias, níveis de renda e grau de instrução.

A próxima seção apresenta os conceitos dos termos empregados no estudo, a metodologia da nossa análise e a descrição mais detalhada dos dados utilizados na pesquisa. Na terceira seção, serão analisadas as evidências empíricas utilizadas neste estudo. Inicia-se com uma visão geral sobre o total da ocupação e, depois, examina-se o grupo dos assalariados do setor privado por setores de atividade

econômica, grupos de idade, grau de instrução e, finalmente, grupos de renda. Na quarta seção, realiza-se uma brevíssima comparação entre as regiões metropolitanas, para verificar se as tendências verificadas na RMPA convergem, de modo geral, com a evolução do fenômeno do País. O texto conclui com uma seção que apresenta as conclusões gerais da pesquisa e comentários.

2 Conceitos e metodologia

O tempo de permanência, a variável analisada neste estudo, é aqui definido como a duração do emprego, isto é, o tempo de manutenção do mesmo vínculo empregatício (ou do mesmo trabalho) sem interrupção até o momento da entrevista.¹ A duração do vínculo empregatício é considerada como o resultado das práticas de admissão e demissão das empresas, tomadas com base em um conjunto de decisões gerenciais geradas em resposta aos movimentos do ambiente econômico e das modificações na relação entre custos e produtividade. O tempo de permanência reflete, portanto, os níveis de rotatividade², os ciclos e a sazonalidade da economia.

A variável tempo de permanência analisada neste estudo corresponde ao tempo que os indivíduos na condição de ocupados estão na sua ocupação. Assim, não estamos tratando sobre o tempo que os empregos duram, em média, mas sim de quanto tempo os atuais ocupados estão no seu trabalho.

Os dados utilizados no trabalho foram gerados a partir da base de microdados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED). A PED-RMPA é uma pesquisa contínua de periodicidade mensal, que tem como unidade amostral o domicílio da área urbana dos municípios que compõem a RMPA, coletando informações sobre seus moradores e realizando entrevistas individuais com as pessoas de 10 anos e mais de idade. As estimativas são provenientes de uma amostra de, aproximadamente, 8.100 domicílios, resultante de médias móveis trimestrais consolidadas a partir de amostras mensais de cerca de 2.700 domicílios.

Este artigo foca, principalmente, os assalariados do setor privado, os quais representam 60% da força

de trabalho na RMPA. Com o objetivo de verificar se o tempo de permanência varia entre diferentes segmentos do mercado e da força de trabalho, os dados foram desagregados por posição na ocupação, setor de atividade da empresa, faixas etárias, escolaridade e rendimento. Procedeu-se, ainda, a uma comparação do tempo de permanência entre os assalariados e os ocupados em geral e os do setor privado de outras regiões metropolitanas brasileiras, para verificar se as conclusões da nossa pesquisa podem ser generalizadas em todo o País ou constituem peculiaridade regional. As regiões metropolitanas consideradas na análise são: Porto Alegre, São Paulo, Distrito Federal, Belo Horizonte, Recife e Salvador.

O presente estudo tem caráter exploratório. O artigo pretende fazer uma análise descritiva dos dados, apresentando um quadro geral da situação atual e da evolução da duração do emprego nas últimas duas décadas.

3 Situação atual e trajetória do tempo de permanência

Na primeira parte desta seção, considerou-se o tempo de permanência do conjunto dos ocupados no mercado de trabalho da RMPA por posição na ocupação. A partir da segunda seção, consideram-se apenas o conjunto dos assalariados do setor privado, porque os vínculos de emprego nesse segmento do mercado de trabalho tendem a estar mais diretamente relacionados à dinâmica da economia e às expectativas dos agentes econômicos. Nas últimas partes, os empregados foram desagregados em diferentes subgrupos, notadamente, por setor de atividade, escolaridade, faixas etárias e faixas de renda.

3.1 Quadro geral

Nesta parte, analisa-se, em primeiro lugar, a evolução geral do tempo de permanência do total de ocupados na RMPA. Segue o estudo da duração do emprego dos assalariados do setor privado (Tabela 1).

As evidências empíricas mostram que, em 2010, o tempo de permanência de um ocupado da RMPA foi de 76,4 meses — um pouco acima de seis anos (Tabela 1). Considerando apenas os grandes agregados dentro da categoria dos ocupados, pode-se perceber que a categoria outros ocupados foi a que apresentou o maior tempo de permanência. Seguem, pela ordem, os autônomos, os empregados

¹ Gonzaga (1998) define o tempo de permanência como o tempo de manutenção da condição de ocupados daqueles que, no momento da pesquisa, estavam na mesma organização de trabalho.

² De acordo com Gonzales (2009, p. 35), a rotatividade é definida pela circulação dos trabalhadores pelos empregos. Baltar e Proni (1996, p. 119) referem-se à mesma como uma "frequente substituição dos empregados em diversos postos de trabalho". A rotatividade não se confunde, pois, com a criação e destruição de postos de trabalho que acompanham os ciclos e a flutuação da atividade econômica.

domésticos e, finalmente, os assalariados. Dentre os assalariados se destacam os empregados do **setor público**, que foi a categoria que registrou o maior tempo de permanência entre todos os segmentos analisados.

Um breve olhar sobre a trajetória do tempo de permanência no período 1993-2010 revela que o mesmo se elevou para o total de ocupados em 14,6 meses. Esse aumento foi mais intenso a partir de 2001. Essa mesma trajetória de crescimento se verificou em todos os grandes agregados. O maior aumento, em termos absolutos, registrou-se entre os outros ocupados (crescimento de 44,8 meses) e no segmento autônomos (mais 41,2 meses). Entre os **empregados domésticos** houve uma elevação de 27,6 meses. O pior desempenho do tempo de permanência ocorreu entre os **assalariados**, que registrou um crescimento de 3,2 meses no período em estudos. Conclui-se, pois, que a elevação do tempo de permanência entre os ocupados da RMPA, com exceção dos **empregados domésticos** — uma categoria com características peculiares no mercado de trabalho —, verificou-se nos segmentos não caracterizados pela compra e venda da força de trabalho. No setor capitalista propriamente dito, a duração do emprego não se alterou expressivamente nos anos em estudo.

Examinando, agora em separado, o segmento dos assalariados, percebe-se uma grande diferença entre o tempo de permanência no setor público e no setor privado. No primeiro, os empregados estavam, em média, há 11,5 anos (137,4 meses) no emprego, ao passo que, no setor privado, há cerca de quatro anos (49,1 meses) apenas.

Comparando 1993 com 2010, pode-se ver, pela Tabela 1, que, tanto no setor público quanto no setor privado, a duração do emprego aumentou. No primeiro, houve uma elevação de 13,5 meses, enquanto, no segundo, de apenas 5,7 meses. Isso fez com que a distância entre público e privado se ampliasse ainda mais. No primeiro ano da série histórica, a diferença era de 6,7 anos, ao passo que, no último ano, era de 7,3 anos.

Observou-se ainda que a proporção dos empregados do setor privado da RMPA com até dois anos no emprego atingia, em 2010, 55,8% (Gráfico 1). Esse percentual sofreu uma redução de 5,7% durante o período em estudos. Há, portanto, evidências de uma tendência de queda na proporção dos assalariados com pouco tempo no mesmo local de trabalho, apesar de o indicador ainda se manter em patamares elevados. Em outras palavras, os dados parecem sugerir uma leve redução da rotatividade no emprego durante o período.

Considerando, agora, apenas os assalariados do setor privado por tipo de contratação, percebe-se que o tempo de permanência entre os com carteira assinada era superior ao dos sem carteira assinada — 52,5 meses e 29,0 meses respectivamente. No período, percebe-se um grande aumento no tempo de permanência dos sem carteira (45,7%). Apesar do crescimento expressivo, essa categoria permanece como a que possui o nível mais baixo do indicador. Além de não usufruir dos direitos previstos àqueles que possuem vínculo formal de emprego, esses trabalhadores estão sujeitos a formas precárias de inserção ocupacional. Esse fato incentiva a mudança de emprego de forma mais frequente, em razão da fluidez das relações de emprego.

Tabela 1

Tempo de permanência no trabalho atual, em meses, por posição na ocupação, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993-2010

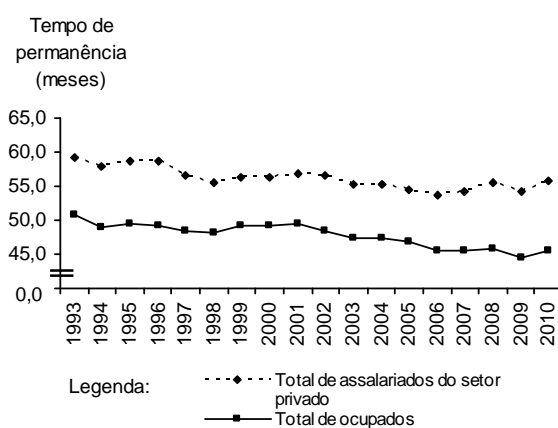
ANOS	TOTAL DE OCUPADOS	ASSALARIADOS (1)							AUTÔNOMOS	EMPREGADOS DOMÉSTICOS	OUTROS OCUPADOS (2)
		Total	Setor Privado		Setor Público						
			Total	Com carteira assinada	Sem carteira assinada	Total	Estatutário	Não estatutário			
1993	61,8	61,3	43,4	47,0	19,9	123,9	137,8	111,3	58,8	40,6	84,5
1994	65,4	63,1	45,9	49,4	25,3	123,6	136,2	111,8	70,4	41,4	91,1
1995	65,0	61,2	45,2	48,4	27,2	123,8	135,3	112,7	75,1	45,2	90,4
1996	66,0	61,9	45,1	48,3	24,9	122,2	136,6	110,2	76,4	45,1	90,9
1997	64,8	61,2	46,1	49,4	23,9	120,0	135,9	104,9	69,9	43,6	96,7
1998	65,8	61,9	47,3	51,3	23,7	120,8	138,5	100,5	68,0	47,1	99,4
1999	63,8	60,5	45,2	50,3	20,7	125,4	140,4	105,5	62,4	46,7	99,3
2000	63,7	60,0	44,4	49,7	20,0	127,2	145,3	102,7	58,6	51,3	99,7
2001	64,1	60,4	44,8	50,2	22,0	129,8	147,5	104,7	61,8	50,0	101,3
2002	66,0	60,9	45,4	51,0	21,5	128,3	154,5	95,0	69,3	50,9	104,7
2003	67,1	62,4	46,0	51,4	20,2	131,3	157,5	98,4	66,9	51,9	109,0
2004	68,2	63,2	46,8	52,1	22,6	132,6	159,5	98,4	70,4	54,5	109,8
2005	70,4	64,3	48,9	54,0	22,4	134,8	167,1	95,0	74,5	58,4	117,3
2006	72,1	65,0	49,9	55,3	23,3	135,1	168,1	96,6	79,8	61,1	121,0
2007	73,6	66,1	49,8	55,1	24,4	139,2	173,6	97,2	82,9	62,4	121,4
2008	75,0	65,8	49,3	54,1	25,1	141,3	177,1	96,6	85,8	62,2	127,5
2009	77,3	67,0	51,0	55,3	26,9	140,4	175,7	99,9	92,8	62,8	131,8
2010	76,4	64,5	49,1	52,5	29,0	137,4	171,9	98,4	100,0	68,2	129,3

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

(1) Excluem os empregados domésticos e incluem aqueles que não sabem a que setor pertence a empresa em que trabalham. (2) Incluem empregadores, donos de negócio familiar, trabalhadores familiares sem remuneração, profissionais liberais e outras posições ocupacionais.

Gráfico 1

Proporção de assalariados do setor privado com até dois anos de permanência no emprego, na RMPA — 1993-2010



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT

3.2 Setores de atividade

Os dados coletados pela pesquisa PED-RMPA comportam a desagregação dos assalariados do setor privado nos segmentos **Indústria**, **Construção civil**, **Comércio** e **Serviços** (Gráfico 2). Ao examinarmos o tempo de permanência pela ótica setorial, vemos que a **Indústria** foi o setor de atividade onde os trabalhadores há mais tempo estavam no seu emprego em 2010 (54,1 meses), seguidos pelos trabalhadores do setor **Serviços** (50,4 meses). As áreas em que os empregados estavam há menos tempo são o **Comércio** e a **Construção civil**, com 42,5 e 36,2 meses respectivamente.

Tabela 2

Tempo de permanência dos assalariados do setor privado no trabalho atual, em meses, por setor de atividade, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993-2010

ANOS	SETORES DE ATIVIDADE			
	Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços (1)
1993	46,8	28,9	37,5	45,0
1994	49,6	34,7	38,5	47,3
1995	48,3	36,4	38,3	46,7
1996	50,3	35,2	36,4	45,7
1997	52,5	33,9	38,4	45,9
1998	53,3	34,4	40,2	47,7
1999	49,8	34,8	37,0	46,7
2000	46,4	28,9	37,9	47,0
2001	47,7	37,5	36,3	46,8
2002	50,9	35,0	37,4	46,0
2003	51,8	34,1	37,7	46,7
2004	51,2	36,5	39,2	48,1
2005	55,2	39,0	40,3	49,1
2006	57,6	41,1	41,0	49,4
2007	55,3	40,6	41,5	50,6
2008	56,5	35,3	40,7	50,0
2009	58,5	39,4	41,2	52,2
2010	54,1	36,2	42,5	50,4

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

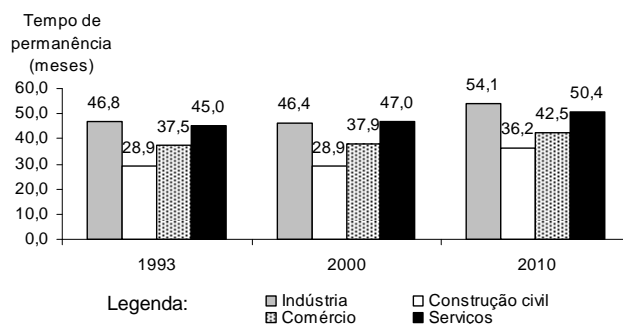
(1) Exclusive serviços domésticos.

Em termos de evolução temporal no período 1993-2010, em todos os segmentos analisados houve aumento do tempo de permanência no emprego (Gráfico 2). A **Construção civil** e a **Indústria** foram os setores que registraram os aumentos mais importantes (25,3% e 15,6%) — passando de 28,9 para 36,2 meses e de 46,8 para 54,1 meses respectivamente. Os menores avanços foram encontrados nos segmentos dos **Serviços** e **Comércio**, os quais

apresentaram variações da ordem de 12,0% e 13,3% respectivamente. Observe-se ainda que, no ano de 2010 em relação a 2009, houve uma interrupção no processo de expansão do tempo de permanência em todos os grandes setores de atividade econômica na RMPA aqui distinguidos, com exceção do **Comércio**, o único a apresentar expansão.

Gráfico 2

Tempo de permanência dos assalariados do setor privado no trabalho atual, por setor de atividade, na RMPA — 1993, 2000 e 2010



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

NOTA: o setor Serviços não inclui os serviços domésticos.

É possível que o maior tempo de permanência na **Indústria** esteja relacionado com o nível de qualificações específicas exigidas para a execução das atividades produtivas (Orellano; Pazello, 2006). As diferentes tecnologias de produção podem contribuir, pois, para a diferenciação no tempo de serviço verificada em nível setorial.

3.3 Faixas de idade

Nesta seção, o tempo de permanência é analisado através da desagregação em relação às seguintes faixas de idade: 16 a 24 anos, 25 a 39 anos e 40 anos e mais. Para o ano de 2010, o maior tempo de permanência é encontrado para os trabalhadores com 40 anos e mais (88,4 meses), seguidos da faixa de 25 a 39 anos (39,9 meses). A situação mais precária foi registrada na faixa dos mais jovens. De fato, entre os empregados que tinham entre 16 e 24 anos o tempo de permanência era de apenas 15,3 meses.

No que concerne à evolução no período 1993-2010, a separação dos trabalhadores por faixa etária indica que somente houve elevação para o grupo dos trabalhadores de 40 anos ou mais, especialmente a partir do ano 2000. De forma contrária, para a faixa dos jovens de 16 a 24 anos e da dos 25 aos 39 anos a

redução no tempo de serviço foi 16,4% e 4,5% respectivamente.³

Tabela 3

Tempo de permanência dos assalariados do setor privado, em meses, por faixas etárias, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993-2010

ANOS	FAIXAS ETÁRIAS		
	De 16 a 24 anos	De 25 a 39 anos	40 anos e mais
1993	18,3	41,8	80,7
1994	19,1	43,3	83,3
1995	17,4	42,9	82,8
1996	17,9	42,1	80,2
1997	17,5	43,5	81,3
1998	18,0	45,7	83,0
1999	18,3	43,8	77,5
2000	17,4	43,7	75,9
2001	17,3	42,1	78,8
2002	16,9	44,4	77,9
2003	17,3	44,6	79,3
2004	17,4	43,9	82,4
2005	17,9	45,9	85,2
2006	17,3	44,9	87,9
2007	17,0	42,5	91,2
2008	15,6	42,1	88,5
2009	16,3	42,4	90,6
2010	15,3	39,9	88,4

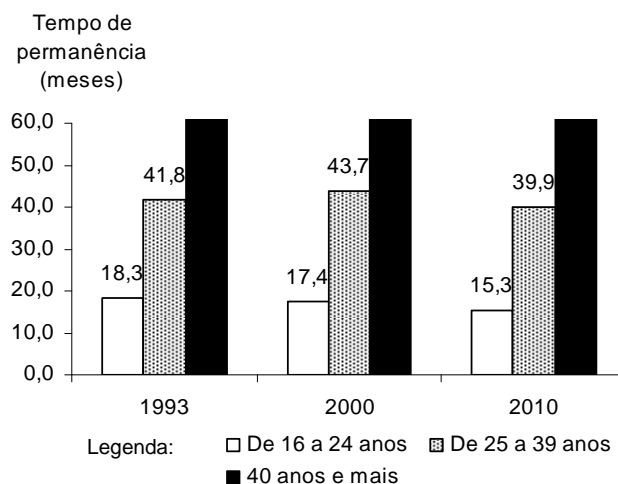
FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

Esse tipo de desagregação fornece, então, uma informação interessante, qual seja, o incremento do tempo médio de permanência no emprego atual, após os anos 2000, indica que os trabalhadores mais maduros do mercado de trabalho apresentam uma movimentação menos intensa de postos de trabalho do que os mais jovens. Isso parece mostrar que o mercado de trabalho valoriza os trabalhadores mais experientes.

³ Desagregando-se a informação por faixas etárias agrupadas a cada cinco anos, todas as faixas até os 40 anos de idade apresentaram queda ou relativa estabilidade na tendência da série. Em contrapartida, as faixas de idade acima dos 40 anos apresentaram tendência de crescimento.

Gráfico 3

Tempo de permanência dos assalariados do setor privado, por faixas etárias, na RMPA — 1993, 2000 e 2010



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

3.4 Escolaridade

Com o objetivo de verificar se o tempo de permanência é afetado pelo grau de instrução, os assalariados do setor privado da RMPA foram agrupados em cinco níveis correspondentes aos níveis de escolaridade dos indivíduos (Gráfico 4). Os grupos identificados no estudo são os seguintes: sem escolaridade⁴, ensino fundamental incompleto, ensino fundamental completo ou ensino médio incompleto, ensino médio completo ou ensino superior incompleto e, finalmente, ensino superior completo.

Na comparação entre os diferentes graus de escolaridade, considerando o ano de 2010, o tempo de permanência mais elevado foi encontrado entre os assalariados do setor privado na RMPA com ensino superior completo — 80,7 meses —, valor muito superior ao dos demais níveis. De fato, a segunda maior média de tempo de permanência, bem abaixo da anterior, 49,3 meses, foi obtida pelos trabalhadores com apenas o ensino fundamental incompleto. Os menores tempos de permanência foram encontrados entre os trabalhadores com ensino médio completo ou ensino superior incompleto, que apresentaram média igual a 46,7 meses, e entre os que tinham ensino fundamental completo ou ensino médio incompleto,

⁴ O grupo “sem escolaridade” não foi considerado na análise, porque, nos últimos anos da série histórica, a amostra não comportou desagregação para essa categoria.

que apresentaram média igual a 39,7. As evidências parecem indicar que grau de instrução mais elevado está fortemente associado a empregos mais duradouros.

Tabela 4

Tempo de permanência dos assalariados do setor privado no trabalho atual, em meses, por escolaridade, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993-2010

ANOS	GRAUS DE INSTRUÇÃO				
	Sem Escolaridade	Ensino Fundamental Incompleto	Ensino Fundamental Completo ou Médio Incompleto	Ensino Médio Completo ou Superior Incompleto	Superior Completo
1993	45,1	39,0	40,6	48,5	79,4
1994	45,5	41,1	42,5	52,5	81,5
1995	57,2	41,7	39,9	50,3	79,0
1996	62,3	41,1	39,5	49,0	81,1
1997	52,0	42,5	41,6	47,7	80,1
1998	55,5	44,7	41,4	47,3	83,3
1999	65,0	42,2	37,2	46,6	80,6
2000	51,0	42,7	38,7	43,0	75,8
2001	63,5	43,5	37,0	44,1	79,7
2002	59,2	44,5	36,4	44,8	80,8
2003	57,2	44,9	38,4	45,5	78,5
2004	61,2	46,6	38,8	45,7	78,9
2005	68,0	49,8	41,2	46,7	81,6
2006	65,8	53,0	42,3	46,7	79,7
2007	82,7	52,9	41,7	46,0	81,4
2008	(1)-	50,2	40,8	46,8	81,2
2009	(1)-	53,9	42,0	47,2	84,3
2010	(1)-	49,3	39,7	46,7	80,7

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

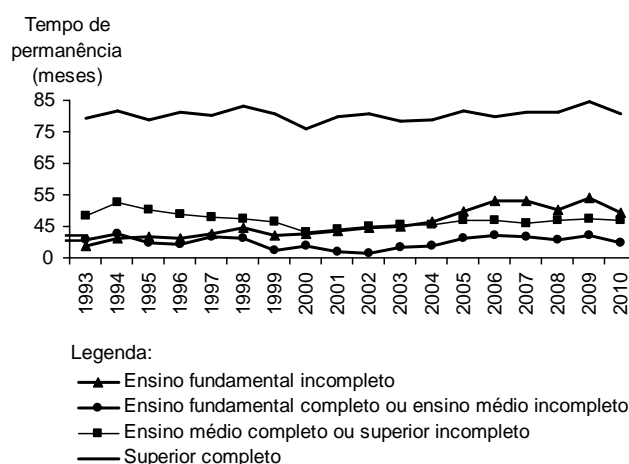
(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

A análise da série histórica revela algumas surpresas. Em primeiro lugar, os dados mostram que o tempo de permanência médio dos assalariados do setor privado com ensino fundamental incompleto foi o que maior crescimento apresentou no período, sendo que, em 2010, a média registrada foi 15,5% superior à média do ano de 2000 e 26,4% superior à média de 1993. Em segundo lugar, a duração do emprego para as pessoas com nível de instrução mais elevado manteve-se praticamente inalterada, enquanto os níveis intermediários apresentaram uma pequena diminuição entre o começo e o final do período. O crescimento do tempo de permanência do grupo com ensino fundamental incompleto, o principal achado desta parte da análise, fato que ocorreu tanto nos anos 90, um contexto de baixo crescimento

econômico, quanto nos anos 2000, uma conjuntura de economia aquecida, é um fato inesperado e que está a requerer estudos mais aprofundados. Por sua vez, a maior permanência no emprego das pessoas com maior nível de instrução é fato amplamente estudado e discutido na literatura (Gonzaga, 1998).

Gráfico 4

Tempo de permanência dos assalariados do setor privado no trabalho atual, por escolaridade, na RMPA — 1993-2010



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT

3.5 Rendimento

A população dos trabalhadores do setor privado da RMPA foi distribuída em quatro quartis de rendimento (Gráfico 5). Isso permite comparar as diferenças e a distância do tempo de permanência dos respectivos grupos. Dados indicam que deve haver uma associação positiva entre os agrupamentos com renda e duração do emprego mais elevados. Em 2010, as pessoas abrangidas pelo quartil superior de rendimento estavam, em média, há 85,1 meses no emprego, ao passo que os incluídos no grupo dos 25% mais pobres estavam há apenas 23,0 meses. O tempo de permanência aumenta gradativamente nos grupos intermediários.

No que tange ao comportamento ao longo da série histórica, percebe-se aumento da duração do emprego em todas as faixas. Os aumentos mais pronunciados, em termos relativos, foram encontrados no grupo dos que estão “entre 25 e 50% mais pobres” e entre os que obtinham os rendimentos mais elevados.

A associação positiva entre rendimento e tempo de permanência é, igualmente, apontada na literatura

(Gonzaga, 1998; Ramos; Carneiro, 2002), confirmando, pois as conclusões desta pesquisa.

Tabela 5

Tempo de permanência dos assalariados do setor privado no trabalho atual, em meses, por quartis de rendimento no trabalho principal, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993-2010

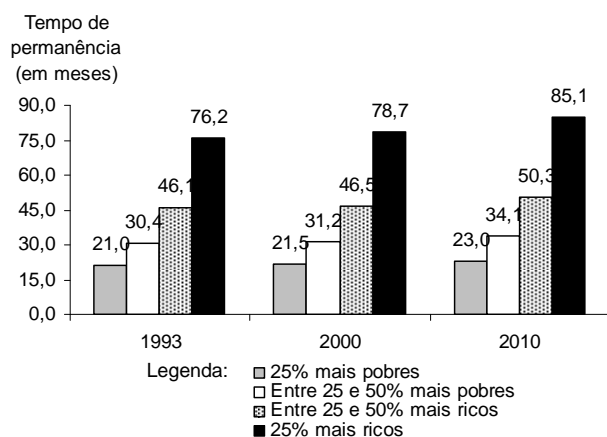
ANOS	QUARTIS DE RENDIMENTO (1)			
	25% Mais Pobres	Entre 25% e 50% Mais Pobres	Entre 25% e 50% Mais Ricos	25% Mais Ricos
1993	21,0	30,4	46,1	76,2
1994	22,6	31,7	47,4	77,5
1995	23,7	32,3	47,6	76,9
1996	22,3	33,1	47,4	80,4
1997	22,6	31,9	49,4	80,8
1998	21,6	32,6	51,1	83,5
1999	20,7	31,9	47,0	80,4
2000	21,5	31,2	46,5	78,7
2001	21,1	32,3	46,9	79,1
2002	20,7	31,6	49,1	80,3
2003	21,0	32,5	48,5	82,2
2004	21,5	32,9	49,2	83,1
2005	22,5	35,6	51,5	85,8
2006	23,4	35,2	53,1	85,3
2007	23,0	35,8	51,2	86,7
2008	23,2	33,0	50,1	86,9
2009	24,0	34,5	53,5	88,2
2010	23,0	34,1	50,3	85,1

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

(1) Excluem os assalariados que não tiveram remuneração no mês.

Gráfico 5

Tempo de permanência dos assalariados do setor privado no trabalho atual, por quartis de rendimento no trabalho principal, na RMPA — 1993, 2000 e 2010



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT

4 Tempo de permanência entre as principais regiões metropolitanas

Esta seção tem como propósito verificar se as conclusões referentes à situação atual e à tendência de evolução observadas na RMPA são compatíveis com a realidade das demais regiões metropolitanas pesquisadas pelo sistema PED.

A primeira constatação refere-se a tempo de permanência do conjunto de ocupados. Os dados mostram que, nas regiões metropolitanas consideradas neste estudo, pode-se perceber que os ocupados apresentaram média de 74,5 meses para o conjunto das regiões em 2010, valor levemente abaixo do apresentado pela RMPA (Tabela 6). A segunda é que, em 2010, a distância do tempo de serviço dos assalariados do setor privado é muito pequena entre as regiões consideradas. Nesse ano, a média para o conjunto das regiões era de, aproximadamente, quatro anos, enquanto, na RMPA, era de 49,1 meses (4,1 anos). A única discrepância foi observada no Distrito Federal, cujo valor ficou abaixo das demais regiões. A terceira constatação é que a duração do emprego dos assalariados do setor privado da maioria das regiões metropolitanas tendeu a se aproximar no final do período, fato que se manifesta com mais relevância a partir de 2009.

As evidências empíricas nos permitem, pois, avançar a ideia de que os resultados da nossa pesquisa, referentes à situação atual e, especialmente, as que dizem respeito às tendências de evolução ao longo do período relativas à RMPA, convergem, de modo geral, com o movimento do que ocorre em outras regiões do País. As principais conclusões de nosso estudo podem, pois, ser consideradas, e, dentro de alguns limites, como representativas das tendências gerais de evolução do tempo de serviço nas regiões metropolitanas consideradas pela PED no Brasil.

Tabela 6

Tempo de permanência dos ocupados e assalariados do setor privado no trabalho atual, em meses, nas Regiões Metropolitanas com Pesquisa de Emprego e Desemprego — 1993-2010

ANOS	OCUPADOS						ASSALARIADOS DO SETOR PRIVADO					
	RMPA	RMSP	DF	RMBH	RMR	RMS	RMPA	RMSP	DF	RMBH	RMR	RMS
1989	-	52,9	-	-	-	-	-	42,5	-	-	-	-
1990	-	55,5	-	-	-	-	-	46,3	-	-	-	-
1991	-	55,2	-	-	-	-	-	45,8	-	-	-	-
1992	-	56,3	67,2	-	-	-	-	47,9	34,4	-	-	-
1993	61,8	57,0	68,8	-	-	-	43,4	47,8	35,7	-	-	-
1994	65,4	56,6	71,2	-	-	-	45,9	47,5	37,7	-	-	-
1995	65,0	55,4	71,1	-	-	-	45,2	44,7	37,6	-	-	-
1996	66,0	58,0	69,9	63,4	-	-	45,1	46,6	37,2	44,3	-	-
1997	64,8	58,0	69,4	63,5	-	66,9	46,1	47,3	38,1	43,0	-	41,6
1998	65,8	59,1	69,1	62,8	63,2	67,5	47,3	48,0	37,9	44,9	45,2	42,1
1999	63,8	60,1	72,0	63,0	63,9	68,1	45,2	49,5	39,9	44,4	47,3	44,5
2000	63,7	59,9	71,4	64,3	63,1	66,2	44,4	48,3	38,7	45,2	45,7	42,8
2001	64,1	59,3	72,9	65,9	64,7	67,8	44,8	47,9	38,6	46,1	45,5	43,1
2002	66,0	59,4	73,4	65,7	66,5	71,0	45,4	48,5	39,6	45,9	47,2	43,5
2003	67,1	60,4	77,9	66,7	68,1	70,9	46,0	50,0	40,9	46,2	48,1	45,3
2004	68,2	62,5	77,6	68,5	69,8	70,9	46,8	50,9	41,6	47,5	49,2	44,9
2005	70,4	62,3	78,6	68,2	71,3	71,6	48,9	50,7	42,1	46,5	50,2	45,2
2006	72,1	63,3	79,3	70,5	73,4	71,4	49,9	50,7	43,4	47,3	52,2	44,8
2007	73,6	63,1	80,2	71,1	74,0	73,2	49,8	49,5	42,7	46,5	51,1	46,2
2008	75,0	61,8	84,1	72,5	73,3	74,9	49,3	47,6	43,2	46,5	51,9	47,4
2009	77,3	63,0	79,6	76,6	73,3	79,0	51,0	48,9	40,5	48,6	50,6	52,2
2010	76,4	63,9	82,1	77,3	72,9	74,4	49,1	48,8	41,4	48,6	49,7	47,9

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

Considerações finais

O estudo teve como objetivo analisar a situação atual e a trajetória do tempo de permanência no local de trabalho na RMPA. A principal conclusão do estudo é que, ao longo das últimas décadas, houve uma tendência de aumento da duração do emprego. A questão que se coloca é se esse aumento foi suficiente para superar a condição de fragilidade que caracteriza, segundo a literatura, os vínculos dos trabalhadores com seus empregos no Brasil.

Os dados podem estar sugerindo ainda, indiretamente, que uma redução da rotatividade do emprego ocorreu no período. Porém, para uma aferição mais precisa desse ponto, haveria a necessidade de um maior aprofundamento dos estudos.

A nosso ver, as tendências verificadas na RMPA vão no sentido de um movimento mais geral na economia brasileira, fato que se deduz da breve

comparação realizada com outras regiões metropolitanas no País.

A análise dos assalariados do setor privado revelou que existem peculiaridades, se considerarmos diferentes categorias de trabalhadores, ramos de atividade, faixa etária, escolaridade e nível de rendimento. Assim, por exemplo, os empregados com carteira de trabalho assinada têm um vínculo mais estável do que os trabalhadores informais. O recorte por segmento de atividade econômica mostra que a Indústria é a área em que os trabalhadores estavam mais tempo no emprego. Além disso, os dados mostram que os trabalhadores maduros (com 40 anos e mais) são os que têm o maior tempo de permanência e que os jovens são os que têm a situação mais precária. No que tange à escolaridade, vimos que os assalariados com nível de instrução superior são os que estavam mais longamente no emprego. Um dos achados da pesquisa foi que os empregados com menor grau de instrução — com o ensino fundamental

incompleto — foram os que apresentaram o maior crescimento do tempo de permanência na RMPA. E, finalmente, a pesquisa mostra que parece haver uma associação positiva entre nível de rendimento e tempo de permanência.

A presente pesquisa tem um caráter exploratório. Além das questões anteriormente aventadas, outras ficaram sem resposta e requerem futura investigação. Dentre essas, estão o significado e a causa do aumento do tempo de trabalho dos assalariados com menor nível de instrução. Outra que merece um estudo mais aprofundado diz respeito às razões que levaram à diminuição do tempo de permanência nos dois últimos anos da série histórica, um período de aquecimento da economia. Uma terceira linha de investigação se refere às características do tempo de permanência por atributos pessoais.

Referências

- BALTAR, P. E. A.; PRONI, M. W. Sobre o regime de trabalho no Brasil: rotatividade da mão de obra, emprego formal e estrutura salarial. In: OLIVEIRA, C. A. B.; MATTOSO, J. E. L. (Org.). **Crise e trabalho no Brasil: modernidade ou volta ao passado?** São Paulo: Scritta, 1996. p. 109-149.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Rotatividade da mão de obra alcança 36% dos vínculos empregatícios.** Brasília: MTE, 2009. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/>>.
- GONZAGA, M. Rotatividade e qualidade do emprego no Brasil. **Revista de Economia Política**, v. 18, n. 1, p. 120-140, 1998.
- GONZALEZ, R. **Flexibilidade e permanência: a duração dos empregos no Brasil.** Dissertação (Mestrado)-Universidade de Brasília, 2009.
- INTERNATIONAL LABOR OFFICE — ILO. **Measuring decent work: tripartite meeting of experts on measurement of decent work.** Genebra: ILO, 2008.
- JÄGER, P. **Flexibilidade e rotatividade no mercado de trabalho: um estudo a partir dos dados sobre o Rio de Janeiro.** Dissertação (Mestrado)-Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2010.
- ORELLANO, V. I. F.; PAZELLO, E.T. Evolução e determinantes da rotatividade da mão-de-obra nas firmas da indústria paulista na década de 1990. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 36, n. 1, p. 179-207, abr. 2006.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO — OIT. **Perfil do trabalho decente no Brasil.** Brasília: OIT, 2009.
- POCHMAN, M. **Evolução recente da rotatividade no emprego formal no Brasil.** Brasília: IPEA, 2009. (Nota técnica).
- RAMOS, C. A.; CARNEIRO, F. G. Os determinantes da rotatividade do trabalho no Brasil: instituições x ciclos econômicos. **Nova Economia**, v. 21, n. 12, p. 31-56, jul./dez. 2002.
- RAMOS, C. A.; CARNEIRO, F. G. Retomada do ritmo de crescimento ocupacional leva taxa de desemprego ao menor patamar da série histórica. **Informe PED**, Porto Alegre, v. 19, n. esp., jan. 2011.
- RAMOS, C. A.; CARNEIRO, F. G. **Rotatividade e instituições: benefícios ao trabalhador desligado incentivam os afastamentos?** Brasília: IPEA, 1997. (Texto para discussão, n.503).

